



Proposta prevê que competências como gestão das cantinas das escolas passem para as câmaras

Conselho de Escolas considera que descentralização “contrai” autonomia de estabelecimentos

Educação
Samuel Silva

Parecer do órgão consultivo do ministério faz várias críticas à passagem de competências para os municípios

O Conselho de Escolas defende que a proposta de transferência de competências na Educação para as câmaras municipais, que está a ser discutida pelo Governo e a Associação Nacional de Municípios (ANMP), vai “contrair” a autonomia das escolas. Num parecer publicado depois da reunião plenária do órgão consultivo do Ministério da Educação, que decorreu no final da semana passada, os conselheiros mostram-se, contudo, favoráveis a esta reforma desde que a mesma não implique perda de poderes dos estabelecimentos de ensino.

“Este processo não está concebido para reforçar a autonomia das escolas, antes pelo contrário”, acusa o Conselho de Escolas no seu parecer. Um processo de descentralização educativa devia aumentar o grau de liberdade dos estabelecimentos de ensino, considera aquele organismo, mas a proposta do Governo acaba

por fazer o contrário. “Contraí a actual autonomia”, sublinha-se.

O conselho expõe a sua visão no documento: a descentralização deve consistir numa transferência de competências dos níveis mais elevados da administração para níveis inferiores. Pelo contrário, este projecto de descentralização não só prevê a transferência de atribuições do Estado para as autarquias como também das escolas para as câmaras.

A proposta enviada pelo Governo, no início do mês, à ANMP, prevê que a análise dos processos de acção social escolar, a gestão das cantinas, a contratação de serviços externos ou aquisição de equipamentos ou material, que eram competências de cada agrupamento de escolas, passem para a responsabilidade das câmaras.

O Conselho de Escolas posiciona-se, porém, de forma “favorável a uma descentralização e transferência de competências” do Estado para os municípios desde que fossem respeitados alguns princípios como a manutenção dos poderes das escolas e o respeito pela sua autonomia.

O parecer, assinado pelo presidente do Conselho de Escolas, José Eduardo Lemos, foi aprovado por unanimidade pelo plenário daquele organismo, que se reuniu no final da semana passada. O documento foi so-

licitado pelo Ministério da Educação.

As críticas agora feitas são semelhantes às que os presidentes da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas e da Associação Nacional de Directores de Escolas tinham feito em declarações ao PÚBLICO, no início do mês, quando foi conhecida a proposta do Governo. No documento tornado público no seu site, o Conselho de Escolas reprova também a nova organização dos Conselhos Municipais de Educação (CME) que é proposta no projecto de descentralização de competências. Os conselheiros declaram “não poder concordar que seja o presidente da câmara municipal, por inerência, a presidir” à comissão permanente e à comissão alargada, os dois órgãos que constituem o CME.

O Conselho de Escolas discorda também que o CME possa ter competência para apreciar, analisar ou se pronunciar sobre o desempenho do pessoal docente e não docente. “Trata-se de matéria do âmbito da avaliação do desempenho, sensível, confidencial e que deve manter-se como competência exclusiva dos avaliadores e dos órgãos de administração e gestão das escolas”, lê-se no parecer.

samuel.silva@publico.pt

Mais de 13 mil jogadores online pediram para serem impedidos de jogar em Portugal

Apostas

São sobretudo os jovens que tentam escapar ao vício. Mais de metade são de Lisboa, Porto e Braga

Mais de 13 mil jogadores, num total de cerca de meio milhão registados nos sites de jogos online em Portugal, pediram para ser impedidos de jogar na tentativa de fugir a um vício que atinge sobretudo os jovens.

Há dois anos foi legalizada e explorada e a prática dos jogos e apostas online em Portugal. A primeira licença foi emitida a 25 de Maio de 2016 e desde então 13,3 mil apostadores pediram “auto-exclusão”, numa média de cerca de mil jogadores por mês, segundo dados do primeiro Relatório Actividade do Jogo Online em Portugal.

Para o coordenador do Instituto de Apoio ao Jogador (IAJ) e especialista em adições, Pedro Hubert, estes números revelam “a atracção que a sociedade tem pelo jogo” e por “este novo modo de jogar [online]”. Mas, advertiu, apostar online representa “um risco grande”, principalmente para os jovens, porque tem uma “série de atractivos”, como ser “fácil, barato, cómodo e seguro e estar “sempre disponível”, que “favorece muito a adesão ao

jogo”. Pedro Hubert explicou que os jovens são “uma população de risco” devido a uma “série de particularidades” que os caracterizam, como “a imaturidade, a impulsividade, a tomada de decisão e a ilusão de controlo”.

Os dados que constam do relatório, publicado no site do Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos (SRIJ) permitem constatar o interesse que os jovens têm por este modo de jogar. Dos mais de 523 mil jogadores que estavam registados, a 31 de Março, nas quatro entidades licenciadas, 60% têm idades entre os 25 e os 44 anos. Destes, cerca de 40% têm entre 25 e 34 anos. Os jovens com idades entre os 18 e os 24 anos representam quase 30% dos apostadores, refere o documento, segundo o qual mais de metade do total reside nos distritos do Porto, de Lisboa e de Braga.

Analisando o primeiro trimestre do ano, o relatório indica que neste período 4,3 mil jogadores – cerca de 2,2% do total – pediram auto-exclusão, um mecanismo que pretende “prevenir o jogo excessivo e evitar comportamentos e práticas aditivas”. “Nestes casos, a auto-exclusão até funciona, o problema é que depois vão jogar noutros sites não licenciados”, disse, explicando que “o problema não está no jogo”, mas na relação problemática que algumas pessoas têm com o jogo.

Lusa



**Dr. LUIS MIGUEL COUCEIRO
PIZARRO BELEZA**

Faleceu

A família participa o seu falecimento e que o seu corpo se encontrará em camara ardente hoje, dia 26, a partir das 18:00 horas na Igreja do Campo Grande. Será celebrada Missa de corpo presente às 21:00 horas. O funeral realiza-se amanhã, dia 27, pelas 12:30 horas para o cemitério dos Olivais, antecedido de Missa de corpo presente às 11:00 horas.

Agência Funerária Barata - Servilusa - Número Verde Grátis 800 24 222 - Serviço Funerário Permanente 24 Horas